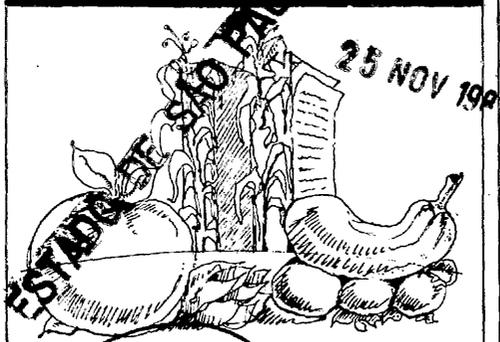


Cópia para Arquivo Diário
Número 1678

DE BRASÍLIA



Sarney tinha planos para a agricultura

Jorge Rosa

O presidente Sarney encerra seu governo no dia 15 de março de 1989, quando deverá transferir o cargo para o seu sucessor eleito pelo voto direto, a não ser que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte decida alterar decisão tomada pelos membros da Comissão de Sistematização. Isso parece ser bastante difícil e o próprio presidente Sarney já se convenceu que a tendência predominante entre os constituintes é manter os quatro anos de mandato. Já se dará por satisfeito se conseguir preservar ao menos o regime presidencialista, afastando o fantasma do parlamentarismo, cuja adoção está prevista no atual projeto de Constituição para 15 de março do próximo ano.

Os amigos do poder acham que Sarney foi discriminado e outros vão mais além e afirmam que foi vítima de um golpe. Os defensores do mandato de quatro anos garantem apenas que a Comissão de Sistematização atendeu aos anseios da população, que deseja uma mudança imediata. De certo mesmo só existe a certeza de que o presidente Sarney perdeu dois anos de um mandato garantido pela Constituição em vigor na posse em 1985. As explicações e argumentos contra ou a favor da redução do mandato não nos interessam aqui.

O que importa é que a agricultura é o único segmento da atividade econômica que permite ao presidente Sarney apresentar um balanço positivo de sua administração. Afinal, na safra passada foram colhidos 64 milhões de toneladas de grãos e ficamos muito próximos da auto-suficiência no abastecimento de trigo. Se a análise desses resultados for muito rígida, nem a agricultura servirá para mostrar a imagem de bom administrador do presidente da República. Se for levado em conta que o êxito da agricultura na safra 1986/87 deve ser creditado à euforia do Plano Cruzado, cujo fracasso acabou levando muitos produtores rurais à falência e ao desespero, então não sobra nada para o presidente Sarney apresentar como realizações de um governo.

O presidente Sarney perdeu a oportunidade de se firmar perante os registros históricos como um grande estadista. Se não faltou ao País o pleno exercício da democracia, faltou-lhe um programa de governo consistente. O Pro-

grama de Ação Governamental (PAG), elaborado em agosto deste ano pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, veio quando já era tarde. Mal nasceu e já é quase letra morta. O que fazer com um programa de governo preparado para ser aplicado no período de 1987/91, quando este mesmo governo está marcado para terminar em 1989? Será mais um para morrer nas estantes das bibliotecas do Governo. Pouca gente, dentro do próprio governo, lhe deu importância e, na prática, trata-se de um ilustre desconhecido.

O chamado PAG tem uma abrangência bastante ampla e a pretensão de levar a "prosperidade para todos". No capítulo referente à "Agricultura" os objetivos do programa que o presidente Sarney pretendia aplicar eram:

- expansão da produção agrícola em geral, em condições de maior estabilidade e de menores custos;
- abastecimento interno com estabilidade de preços;
- aumento da participação brasileira nas exportações mundiais de produtos agrícolas, contribuindo para o equilíbrio no balanço de pagamentos;
- elevação da produção de matérias-primas suscetíveis de substituir a importação de petróleo e o carvão mineral;
- expansão da ocupação da mão-de-obra no setor rural, com ênfase na criação de empregos permanentes;
- melhoria do bem-estar social da população pobre no meio rural e redução das disparidades de desenvolvimento internacional do País;

— crescimento com preservação ecológica".

Os sonhos do presidente Sarney e do ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, não terminam por aí. Entre as estratégias para se alcançar os objetivos propostos, o PAG cita que "a ampliação da área cultivada contará, em grande medida, com a ocupação de áreas ociosas ou subutilizadas..." e, no parágrafo seguinte, acrescenta: "a Ferrovia Norte-Sul terá papel de destaque neste contexto, devendo permitir a incorporação de mais de 10 milhões de hectares de terras...". O programa estabelece que nesta área serão produzidas 5 milhões de toneladas de grãos para exportação.

Para se obter um abastecimento interno com estabilidade de preços o PAG propõe se a melhorar o sistema de armazenagem, até mesmo com estímulos ao armazenamento em nível de fazenda; eliminar o paralelismo de atuação nos órgãos públicos; melhorar o sistema de escoamento de safra; e amenizar os riscos da atividade agrícola, com a implantação do seguro rural e de agroindústrias em diversos níveis.

Infelizmente, o presidente Sarney já não tem todo o tempo necessário para transformar o PAG em realidade. Ele pode ser, no máximo, uma excelente contribuição para o futuro presidente da República a ser eleito em 15 de novembro do próximo ano. Se feito um expurgo e adaptado à uma nova retórica, o PAG pode ser um bom ponto de partida para o próximo presidente.

O autor é jornalista especializado em assuntos agrícolas e chefe da sucursal de O Estado em Brasília (DF).

AGRICOLA

SUPLEMENTO
PUBLICADO PELA
S.A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55
Tels.: 856-2321 e 856-2339
Caixa Postal 8.005, CEP 01051
JÚLIO MESQUITA (1891 - 1927)
JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORES

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Fernando Homem de Melo
Pedro de Moraes
COORDENADOR
Fernão Lara Mesquita
EDITOR
José Carlos Cafundo de Moraes
REDATORES
Bruno Blecher
Eugênio Monteiro de Araújo

25 NOV 1987

Lucas Dorival Echimenco
Sebastião Nascimento Santos Júnior
Venilson Ferreira de Oliveira
ILUSTRADOR
Joel de Godoy
SECRETÁRIO GRÁFICO
Sivaldo Queiroz
PUBLICIDADE
Luís Antonio Pacheco e Silva
Fones: 856-2607 e 856-2510